

RELATÓRIO DE GESTÃO
E CONTAS

2014



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'del', 'A', 'A24', 'R', and 'cur']

Índice

- **Membros dos Órgãos Sociais**
- **Convocatória da Assembleia Geral**
- **Relatório da Mesa Administrativa**
 - **Introdução**
 - **Considerações Gerais sobre o Setor Social não Lucrativo**
 - **Atividades Desenvolvidas**
 - **Recursos Humanos**
 - **Situação Económica e Financeira**
 - **Perspetivas da Atividade para 2015**
 - **Proposta de Aplicação dos Resultados**
 - **Referências Finais**
- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados por Natureza**
- **Demonstração de Resultados das Valências**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Variações nos Fundos Patrimoniais**
- **Anexo**
- **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- **Certificação Legal das Contas**

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Dr. Manuel José Caraça Cipriano
Secretário – Dr. Ricardo José Madeira Cipriano
Secretário - Sr. Rui Manuel Correia Vairinhos

Mesa Administrativa

Provedor - Cor. Joaquim António Camacho Aguiã
Vice-Provedor - Prof. Marília do Carmo P. Rufino
Secretária - Dra. Maria Helena D. M. Messias
Tesoureiro – Prof. Luís Manuel Martins Correia
Vogal - Ten. Coronel Jorge Manuel M. Pereira
Vogal - Sr. José Manuel dos Santos Rosa
Vogal – Sr. Joaquim Manuel Henrique Felix

Conselho Fiscal:

Presidente - Dra. Ana Maria Viegas Canuto
Secretário - Sra. Rosa Cristina M. Teresa
Secretário - Sr. José António Mascarenhas

ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCATÓRIA



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
CONVOCATÓRIA

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including the name 'Cui.' and other illegible marks.

NOS TERMOS DO § 2º DO ARTº 24º DO COMPROMISSO DESTA INSTITUIÇÃO
CONVOCA A ASSEMBLEIA GERAL A REUNIR ORDINARIAMENTE PELAS 20H30m.
NO DIA 27 DE MARÇO DE 2015, NO LAR "LAR DR. ALONSO VASQUEZ", COM A
SEGUINTE ORDEM DE TRABALHO:

PONTO ÚNICO: APRECIAR E VOTAR A CONTA DE GERÊNCIA DE 2014.

NÃO HAVENDO À HORA MARCADA NÚMERO LEGAL DE ASSOCIADOS,
FUNCIONARÁ A MESMA ASSEMBLEIA EM SEGUNDA CONVOCATÓRIA MEIA
HORA DEPOIS.

Vila Real de Santo António, 01 de Março de 2015

O Presidente da Assembleia Geral


Dr. Manuel José Caração Cipriano



**SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**


CONVOCATÓRIA

NOS TERMOS DO § 2º DO ARTº 24º DO COMPROMISSO DESTA INSTITUIÇÃO, CONVOCO A ASSEMBLEIA GERAL A REUNIR ORDINARIAMENTE PELAS 20H30, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2015, NO "LAR DR. ALONSO VASQUEZ", COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHO:

PONTO ÚNICO: APRECIAR E VOTAR A CONTA DE GERÊNCIA DE 2014.

NÃO HAVENDO À HORA MARCADA NÚMERO LEGAL DE ASSOCIADOS, FUNCIONARÁ A MESMA ASSEMBLEIA EM SEGUNDA CONVOCATÓRIA MEIA HORA DEPOIS.

Vila Real de Santo António, 01 de Março de 2015
O Presidente da Assembleia Geral


Dr. Manuel José Calvoza

(Jornal do Algarve, 28/03/2015)

Handwritten notes and signatures:
A
de
A
de
flex
de
am



**SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

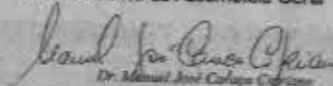
CONVOCATÓRIA

NOS TERMOS DO § 2º DO ARTº 24º DO COMPROMISSO DESTA INSTITUIÇÃO, CONVOCO A ASSEMBLEIA GERAL A REUNIR ORDINARIAMENTE PELAS 20H30, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2015, NO "LAR DR. ALONSO VASQUEZ", COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHO:

PONTO ÚNICO: APRECIAR E VOTAR A CONTA DE GERÊNCIA DE 2014.

NÃO HAVENDO À HORA MARCADA NÚMERO LEGAL DE ASSOCIADOS, FUNCIONARÁ A MESMA ASSEMBLEIA EM SEGUNDA CONVOCATÓRIA MEIA HORA DEPOIS.

Vila Real de Santo António, 01 de Março de 2015
O Presidente da Assembleia Geral


Dr. Manuel José Calvoza

(Jornal do Algarve, 12/03/2015)

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA

1 | Introdução

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António (SCMVRSA) vem, nos termos estatutários e em conformidade com as normas contabilísticas para o setor social não lucrativo, apresentar o relatório de gestão relativo ao Exercício de 2014. Para além de referências às atividades desenvolvidas e perspetivas futuras, este relatório integra também as demonstrações financeiras legalmente fixadas no sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC – ESNL).

2 | Considerações Gerais sobre o Setor Social não Lucrativo

O sector social não lucrativo, no qual as Misericórdias têm um peso muito relevante, continua a ser o parceiro do Estado por excelência na operacionalização de toda a rede de apoios prestados à população, nos termos do modelo social vigente. O Estado assume, como se sabe, o papel do principal financiador do sector social. Em segundo lugar posicionam-se os clientes/utentes das instituições, através das mensalidades e participações que pagam como contrapartida da prestação dos serviços. Numa terceira linha de obtenção de recursos, surgem os proveitos suplementares que algumas instituições conseguem obter por iniciativa própria, quer através de ações que dinamizam para obtenção de fundos, quer pela via da rentabilização do seu património. Finalmente há que considerar também o financiamento conseguido através do mecenato e outras iniciativas de particulares através da atribuição de doações e donativos monetários ou em espécie.

As dificuldades financeiras que o país tem vindo a enfrentar nos últimos cinco anos afetaram todos os setores de atividade – empresas, serviços públicos e economia social. Todavia, o setor social não lucrativo terá sido dos mais afetados nos últimos cinco anos. As instituições sociais têm sido confrontadas com três tipos de desafios no que respeita ao equilíbrio financeiro: 1) fortes constrangimentos a nível do financiamento público, quer na obtenção de verbas para a sua gestão operacional e equilíbrio das valências, quer nos subsídios para investimento; 2) redução progressiva dos valores das mensalidades e comparticipações dos utentes devido às dificuldades das famílias, originadas por situações de desemprego e outras; 3) crescimento dos problemas sociais e dos pedidos de apoio da população às instituições, originados por dificuldades financeiras e outras situações de emergência.

Este cenário de constrangimentos progressivos caracterizou e criou uma enorme pressão sobre o sector social em todo o país nos últimos cinco anos. Em 2014 a SCMVRSA, para além de ter que enfrentar as dificuldades acima referidas, que caracterizam o sector social na globalidade, sofreu outros impactos extraordinários que contribuíram negativamente para o resultado económico do exercício e aos quais serão feitas referências neste relatório de gestão.

3 | Atividades Desenvolvidas

A SCMVRSA continuou em 2014 a seguir a opção estratégica de manter em funcionamento durante o exercício todas as suas respostas sociais, que foram as seguintes:

Respostas Sociais	Nº Utentes
Creche de Santo António	146
Creche "A Cegonha"	46
Jardim de Infância "A Borboleta"	100
Jardim de Infância "A Cegonha"	58
Centro de Acolhimento	20
Lar Dr. Alonso Vasquez	56
Lar Dr. José Colaço Fernandes	36
Centro de Dia Dr. José Colaço Fernandes	11
Centro de Dia do Centro Comunitário de VRSA	30
Apoio Domiciliário Dr. José Colaço Fernandes	18
Apoio Domiciliário do Centro Comunitário de VRSA	33
Apoio Domiciliário Integrado	5
Unidade Residencial Portadores HIV	5
Unidade Cuidados Continuados	18
Casa Mortuária VRSA	N/A ¹
RSI	N/A
Cozinha Monte Gordo	N/A
Programa de emergência alimentar - Cantinas Sociais	N/A
Projeto Escolhas VIVAS	N/A

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and the word "am".

4 | Recursos Humanos

É comum afirmar-se que as pessoas são o capital mais valioso de qualquer organização. Nas organizações dedicadas exclusivamente à prestação de serviços, o valor dos recursos humanos torna-se ainda mais crítico. A SCMVRSA é uma organização prestadora de serviços, mas muito mais, é uma entidade que presta serviços sociais. Os serviços de natureza social, quer sejam na área de infância e juventude, quer no apoio a idosos, quer no apoio às famílias ou nos cuidados de

¹ N/A – Não aplicável

saúde, têm características muito específicas. Exigem conhecimentos, atitudes, esforços e comportamentos humanos da parte dos funcionários, que não estão ao alcance de qualquer pessoa. Os órgãos diretivos da SCMVRSA conhecem bem esta realidade e por isso mantêm uma aposta total nos seus recursos humanos. As pessoas são, de facto, o capital de maior valor na SCMVRSA. É certo que, em tempos de crise, devido à constante preocupação com a contenção de custos, nem sempre é fácil mostrar claramente aos funcionários que a organização valoriza prioritariamente o seu desempenho e esforço diários. A Mesa Administrativa entende esta dificuldade e tem aproveitado todas as oportunidades para demonstrar que reconhece o esforço das pessoas e considera a sua dedicação, competência e profissionalismo fundamentais para a continuidade e progresso da SCMVRSA.

5 | Situação Económica e Financeira

- Como nota prévia à análise económica e financeira que a seguir se apresenta e visando uma melhor compreensão dos mapas contabilísticos respetivos, deve referir-se que as contas estão estruturadas de acordo com os conceitos e mapas previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades Sociais não Lucrativas (SNC-ESNL) o qual entrou em vigor no ano de 2012. As alterações mais importantes introduzidas pelo SNC e pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) foram: a introdução de um novo plano de contas, uma nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras e a aplicação de novas normas de contabilidade, designadas por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). A SCMVRSA está desde 2012 sujeita à certificação legal de contas através de um revisor oficial de contas (ROC), cujo parecer integra o presente relatório de gestão.

A demonstração de resultados, incluída neste relatório, mostra todos os rendimentos e gastos ocorridos em 2014, os quais originaram um resultado líquido negativo de 178.862,17€. Apresentam-se seguidamente algumas análises que mostram a evolução desses gastos e rendimentos e que permitem compreender quais os contributos mais decisivos para o resultado negativo apurado.

Os principais rendimentos da SCMVRSA são provenientes de duas origens: prestação de serviços aos utentes e subsídios à exploração recebidos das entidades públicas. O total destas duas rubricas registou em 2014 um ligeiro crescimento da ordem de 1% relativamente ao ano anterior, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Rendimentos	2014	2013
Serviços prestados	1.402.000€	1.365.000€
Subsídios à exploração	2.418.000€	2.399.000€
Total	3.820.000€	3.764.000€

Os serviços prestados registaram em 2014 um aumento de 37.000€. Nos subsídios à exploração verificou-se um acréscimo global de 19.000€. Estes subsídios são provenientes de diversas entidades públicas: segurança social, saúde, instituto de emprego, autarquia e programa Escolhas. Muito embora a variação ocorrida no valor total dos subsídios seja mínima, após uma análise comparativa das diferentes origens de financiamento nos dois anos, podem retirar-se outras conclusões. Uma conclusão importante consiste na variação registada nas verbas oriundas do IEFP. Em 2013, os valores recebidos totalizaram 159.000€. Em 2014 atingiram 218.000€. Verifica-se um acréscimo de 59.000€, o qual terá que ser analisado conjuntamente com os gastos com pessoal, uma vez que o IEFP financia verbas destinadas a programas de emprego nos quais a SCMVRSA intervém

como parceira, na qualidade de entidade empregadora, assumindo os respetivos gastos com pessoal. Adiante, quando da análise da rubrica de gastos com pessoal voltaremos a esta questão. Outra conclusão significativa, relativa aos subsídios provenientes de entidades públicas, tem a ver com o facto de as contas de 2013 incluírem um subsídio extraordinário da segurança social no valor de 64.000€. Em 2014 não houve qualquer apoio extraordinário, pelo que os rendimentos recebidos da segurança social dizem respeito apenas ao financiamento normal com base em acordos de cooperação, os quais registaram um acréscimo total de 37.000€ face a 2013.

No que diz respeito aos gastos da instituição, os mais significativos estão traduzidos em três rubricas no quadro seguinte: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal. Estes três agregados de gastos totalizaram em 2014 o montante de 3.883.000€, que representa um crescimento de cerca de 4% em relação ao ano de 2013.

Gastos	2014	2013
Custo das matérias consumidas	505.000€	464.000€
Fornecimentos e serviços externos	661.000€	661.000€
Gastos com o pessoal	2.717.000€	2.618.000€
Total	3.883.000€	3.743.000€

No conjunto destas três rubricas, o crescimento mais importante registou-se nos gastos com pessoal. Trata-se de um aumento de 99.000€ em relação a 2013, o qual está relacionado com os novos programas de emprego implementados em 2014 em parceria com o IIEFP. Este aumento de encargos com os novos programas atingiu cerca de 95.000€, valor que terá uma cobertura quase integral através dos

financiamentos do IEFP, uns já recebidos 2014 e outros que serão concretizados em 2015.

A demonstração de resultados (ver mapa no presente relatório) inclui ainda três rubricas com valores que merecem uma referência específica, conforme quadro seguinte.

Rubricas	2014	2013
Outros rendimentos e ganhos	239.000€	227.000€
Outros gastos e perdas	270.000€	90.000€
Gastos de depreciação e amortização	166.000€	153.000€

A primeira rubrica “outros rendimentos e ganhos” evidencia um crescimento de cerca de 5% relativamente ao ano anterior. Trata-se de uma conta composta por rendimentos de diversas origens, tais como: rendimentos suplementares, correções favoráveis relativas a anos anteriores, amortizações de subsídios ao investimento e donativos.

A segunda rubrica “outros gastos e perdas” é também composta por gastos de diversas origens, destacando-se especialmente as correções desfavoráveis relativas a anos anteriores que atingem 215.000€. Em 2014 a Segurança Social informou a SCMVRSA que parte dos financiamentos efetuados nos anos de 2009 e 2010 tinham sido corrigidos e, por esse facto, a instituição teria que contabilizar e reembolsar uma dívida de cerca de 154.000€ criada a partir das correções efetuadas e que a instituição desconhecia totalmente. Este montante foi contabilizado em 2014, como correção de anos anteriores, e representa um gasto extraordinário que contribuiu decisivamente para o resultado negativo apurado este ano. De facto, sem esta ocorrência absolutamente imprevista e fora do controlo dos órgãos de gestão da SCMVRSA, o resultado líquido do exercício teria sido bastante mais próximo do equilíbrio, revelando uma situação realista da

instituição em sintonia com as expectativas que a Mesa Administrativa havia traçado para 2014.

A terceira conta no quadro anterior diz respeito aos “gastos de depreciação e amortização” que traduzem economicamente o desgaste resultante da utilização dos ativos fixos (móveis e imóveis) da SCMVRSA no desenvolvimento das suas atividades. Regista-se nesta rubrica um crescimento dos gastos na ordem dos 8% cuja origem está nos novos equipamentos adquiridos em 2014: equipamento básico e viatura. Deve referir-se que este aumento de gastos é de natureza não financeira, afeta os resultados, mas não origina a saída imediata de quaisquer meios monetários.

O mapa de balanço incluído neste relatório retrata a situação financeira da SCMVRSA. Alguns agregados de valores merecem destaque específico, conforme quadro seguinte:

Gastos	2014	2013
Ativo não corrente	6.342.000€	6.584.000€
Ativo corrente	558.000€	520.000€
Fundos patrimoniais	6.025.000€	6.265.000€
Passivo corrente	875.000€	840.000€

O “ativo não corrente” evidencia uma redução de 242.000€, originada pelas depreciações anuais e também pela venda de um edifício situado em Olhão, ocorrida em 2014, o qual constava no balanço de 2013 em propriedades de investimento com o valor de 168.000€.

O agregado “ativo corrente” apresenta um aumento relativamente ao ano anterior, cuja origem principal está no crescimento das disponibilidades em caixa e bancos.

Os “fundos patrimoniais” apresentam um decréscimo por força do resultado negativo apurado no exercício.

O “passivo corrente” evidencia um ligeiro crescimento global que deriva das diversas variações ativas e passivas ocorridas nas contas que integram esta rubrica. Este passivo inclui o valor de 104.000€ a reembolsar à segurança social, relativo a anos anteriores e ao qual já fizemos referência anteriormente.

6 | Perspetivas da Atividade para 2015

Os indicadores macroeconómicos para Portugal têm vindo a registar sinais de retoma económica, traduzida nas expetativas de melhoria das contas públicas, no crescimento económico e na redução da taxa de desemprego. São indicadores que podem criar projeções mais favoráveis para o setor social não lucrativo em 2015. Por um lado, poderá registar-se alguma melhoria na captação de apoios financeiros, nomeadamente através de projetos no âmbito do novo quadro comunitário de apoio. Por outro lado, pela via da redução do desemprego, poderá verificar-se uma inversão no ciclo de desequilíbrios sociais e aumento da pobreza iniciado em 2011. Esta inversão, caso se concretize, contribuirá para aliviar gradualmente a enorme pressão e exigência que as organizações sociais têm enfrentado nestes últimos anos. A SCMVRSA encara naturalmente estes cenários com grande expetativa. A Mesa Administrativa conhece bem a realidade social onde a instituição se insere e está preparada para os desafios que irão surgir. Para isso, daremos continuidade à execução das prioridades estratégicas definidas, sempre atentos aos fatores de mudança que forem surgindo a cada momento. Tomaremos as medidas que se revelarem mais adequadas, tendo em conta a diversidade e a complexidade de interesses que envolvem a instituição.

7 | Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo obtido no exercício de 2014, no montante de 178.862,17€, seja transferido em 2015 para a conta de resultados transitados.

8 | Referências Finais

Ao concluir o Relatório de Gestão relativo à atividade do Exercício de 2014, a Mesa Administrativa quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma direta ou indireta a apoiaram na concretização dos objetivos fixados, particularmente:

- Aos utentes e famílias, pela confiança que demonstraram nos serviços da SCMVRSA;
- Aos irmãos da SCMVRSA pelo apoio, interesse e colaboração manifestados;
- Aos fornecedores pela atitude de parceria que revelaram;
- As instituições de crédito pelo relacionamento que mantiveram com a SCMVRSA;
- A todas as entidades públicas, na qualidade de parceiros e financiadores da SCMVRSA, sem as quais a instituição não teria viabilidade de prosseguir;
- Aos doadores, empresas e particulares, que ajudaram a SCMVRSA a atenuar as dificuldades financeiras;
- Aos restantes órgãos sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela frontalidade, lealdade institucional e apoio contínuo;
- A todos os colaboradores da SCMVRSA pelo empenho e elevado profissionalismo demonstrados.

Vila Real de Santo António, 20 de Março de 2015

A Mesa Administrativa

Provedor - Cor. Joaquim António Camacho Aguiã

Vice-Provedor - Prof. Marília do Carmo P. Rufino

Secretária - Dra. Maria Helena D. M. Messias

Tesoureiro – Prof. Luís Manuel Martins Correia

Vogal - Ten. Coronel Jorge Manuel M. Pereira

Vogal - Sr. José Manuel dos Santos Rosa

Vogal – Sr. Joaquim Manuel Henrique Felix

Handwritten signatures and initials:
A vertical column of handwritten signatures and initials on the right side of the page. From top to bottom, they include: a small signature, a large signature, the initials "H.P.", the name "Hen.", a large signature, the name "Felix", and the name "Am.".

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Balço
	Demonstraço de Resultados por Natureza
	Demonstraço dos Resultados das Valências
	Demonstraço dos Fluxos de Caixa
	Demonstraço das Alteraço nos Fundos Patrimoniais
	Anexo

[Handwritten signatures and initials]
RRT
Sen-
D
Flux
P
am

Balanço

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3 a); 5	6.236.345,45	6.340.688,52
Bens do patrimônio histórico e cultural		850,00	
Propriedades de Investimento	3 b); 13	104.880,55	243.600,00
		6.342.076,00	6.584.288,52
Ativo Corrente			
Inventários	3 c); 7	15.041,32	20.237,35
Clientes	3 d)	44.303,16	45.749,12
Adiantamentos a fornecedores		17,34	73,80
Estado e outros entes públicos		1.744,28	
Outras contas a receber	3 e); 14	132.331,02	262.371,72
Diferimentos	3 f)	8.774,03	11.710,19
Outros ativos financeiros	3 g); 10	500,00	500,00
Caixa e depósitos bancários	3 h)	355.123,70	180.069,36
		557.834,85	520.711,54
Total do ativo		6.899.910,85	7.105.000,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3 i)	791.476,35	791.476,35
Resultados transitados	3 i)	8.234,54	-80.059,76
Excedentes de revalorização	3 a); 3 i)	3.455.981,22	3.455.981,22
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 i)	1.947.982,60	2.009.780,95
Resultado líquido do período		-178.862,17	88.294,30
Total do fundo de capital		6.024.812,54	6.265.473,06
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3 j)	185.374,05	167.234,65
Adiantamentos de clientes	3 k)	61.954,14	52.952,78
Estado e outros entes públicos	3 l)	80.737,65	98.693,83
Financiamentos obtidos	3 m); 14	108.627,05	11.540,11
Diferimentos	3 n)	80.775,31	162.428,63
Outras contas a pagar	3 o)	357.630,11	346.677,00
Total do passivo		875.098,31	839.527,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.899.910,85	7.105.000,06

TOE

Francisco J. Pinto

↓
09
C. B. S.
P. T. C.
S. C.
D.
S. C.
P. T. C.
A. M.

Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	8	1.402.175,05	1.365.197,49
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2.417.705,96	2.399.391,21
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-505.295,43	-464.466,01
Fornecimentos e serviços externos		-661.436,49	-660.805,10
Gastos com o pessoal		-2.716.612,44	-2.617.872,69
Aumentos/reduções de justo valor		80.775,33	80.775,33
Outros rendimentos e ganhos		238.787,73	226.778,96
Outros gastos e perdas		-270.325,24	-90.044,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-14.225,53	238.954,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 a)	-166.441,78	-152.544,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-180.667,31	86.410,71
Juros e rendimentos similares obtidos		1.810,47	1.908,59
Juros e gastos similares suportados	6	-5,33	-25,00
Resultado antes de impostos		-178.862,17	88.294,30
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-178.862,17	88.294,30

TOE

Francisco J. S. Pinto

Demonstração dos Resultados das Valências

[Handwritten notes and signatures in the right margin, including a checkmark and illegible text]

Valências	Gastos	Rendimentos	Resultado Líquido
Creche " Santo António	625.378,05	529.073,82	-96.304,23
Creche " A Cegonha "	201.088,18	225.186,13	24.097,95
J. Infância " A Borboleta"	538.794,52	408.757,17	-130.037,35
J. Infância " A Cegonha"	249.529,66	242.852,81	-6.676,85
Centro Acolhimento Temporário	260.842,60	252.049,09	-8.793,51
Lar Dr. Alonso Vasquez	642.194,92	675.509,36	33.314,44
Lar Dr. José Colaço Fernandes	493.401,62	520.802,96	27.401,34
Centro Dia Dr. Alonso Vasquez	2.564,00	0,00	-2.564,00
Centro Dia Dr. José Colaço Fernandes	41.220,52	45.743,21	4.522,69
Centro Dia do C. Comunitário VRSA	202.285,15	157.227,62	-45.057,53
Apoio Domiciliário Dr. José Colaço Fernandes	88.361,87	87.918,08	-443,79
Apoio Domiciliário C. Comunitário VRSA	155.907,80	186.214,75	30.306,95
Apoio Domiciliário Integrado C. Comunitário VRSA	38.931,87	52.575,20	13.643,33
Unidade Residencial Viva	52.061,66	51.666,56	-395,10
Unidade Cuidados Continuados	444.456,13	409.570,88	-34.885,25
Casa Mortuária Vila Real Santo António	10.882,84	16.908,78	6.025,94
Protocolo Cooperação RSI	79.621,55	84.383,99	4.762,44
Cozinha Centro Comunitário	39.143,61	34.300,79	-4.842,82
Programa Emergência Alimentar: Cantinas Sociais	88.818,57	93.008,65	4.190,08
Programa Escolhas Vivas 5ª Geração	64.631,59	67.504,69	2.873,10
	4.320.116,71	4.141.254,54	-178.862,17

TOC
Francisco Pinto

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação	
		2014	2013	Valor	%
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo					
Recebimentos de Clientes e Utentes		1.367.426,88	1.375.580,76	-8.153,88	-0,59
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos de apoios		-234,50	29,03	-263,53	-907,79
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1.072.550,49	1.265.029,82	-192.479,33	-15,22
Pagamentos ao pessoal		2.003.922,11	1.904.015,28	99.906,83	5,25
Caixa gerada pelas operações		-1.708.811,22	-1.793.493,37	84.682,15	4,72
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-93.804,80	-129.300,17	35.495,37	27,45
Outros recebimentos/pagamentos		1.984.354,97	1.916.222,42	68.132,55	3,56
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		181.738,95	-6.571,12	188.310,07	2.865,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		8.403,47	11.629,20	-3.225,73	-27,74
Activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		-91,11	0,00	-91,11	100,00
Activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		105,04	1.908,58	-1.803,54	-84,50
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-8.389,54	-9.720,61	1.331,07	13,69
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00	0,00
Cobertera de prejuizos		0,00	0,00	0,00	0,00
Doações		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares		-1.704,93	0,00	-1.704,93	100,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1.704,93	0,00	1.704,93	100,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)					
		175.054,34	-16.291,73	191.346,07	1.174,50
Efeito das diferenças de câmbio					
		-12.583,70	0,00	-12.583,70	100,00
Caixa e seus equivalentes no início do período					
		180.069,36	196.361,08	-16.291,73	-8,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período					
		355.123,70	180.069,36	175.054,34	97,21

TOC
Francisco J. Pinto

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							TOTAL dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações f. patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (1/1/2014)	791.476,35	80.059,76	3.455.981,22	2.009.780,95		6.177.178,76	6.177.178,71	
Transferência de Resultados do Exercício Anterior para Resultados Transitados		-						
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		88.294,30				88.294,30	88.294,31	
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						0,00	0,01	
RESULTADO EXTENSIVO								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados				850,00		850,00	850,01	
Outras operações (Amortização de Subsídios ao Investimento)				-62.648,35		-62.648,35	-62.648,3	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (31/12/2014)	791.476,35	8.234,54	3.455.981,22	1.947.982,60	-178.862,17	6.024.812,54	6.024.812,5-	

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais em 31/12/2014

Loe
Francisco J. Pinto

Car.
Francisco J. Pinto
Francisco J. Pinto
Francisco J. Pinto

[Handwritten signatures and text, including the name 'Felipe' and 'Anexo' at the bottom]

Anexo

ANEXO

(As quantias estão expressas em Euros, exceto quando indicado de outra forma)

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António

Sede: Avenida Fernando Salgueiro Maia, nº 9 – Apartado 183, 8900 – 265 Vila Real de Santo António

Natureza da atividade: Prestação de serviços sociais de apoio à infância, juventude, família e idosos

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial Contabilístico:

- O Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, designadas ESNL, determinou que essa normalização se tornava obrigatória a partir de 1/Janeiro/2012 e revogou o anterior Plano Oficial de Contabilidade para as IPSS (PCIPSS).

- Assim, a partir de 1/1/2012 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António, adiante designada por SCMVRSA, passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Social não Lucrativo (NCRF – ESNL) aprovada pelo Despacho nº 74/2011/MEF do Ministro de Estado e das Finanças e publicada através do Aviso nº 6726-B/2011 de 14/Março/2011. A SCMVRSA passou a utilizar também os novos modelos das demonstrações financeiras (DF's) aprovados pela Portaria nº 105/2011 de 14/Março.

- As demonstrações financeiras relativas ao ano de 2014 estão suportadas no referencial contabilístico acima indicado. Não houve derrogações com vista à

imagem verdadeira e apropriada. Foram seguidas na globalidade as regras contabilísticas definidas na NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a SCMVRSA adotou:

- A Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes no regime da normalização contabilística para as ESNL (Anexo II do Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março);
- A NCRF específica para o Sector não Lucrativo.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto na NCRF para as Entidades não Lucrativas, as políticas contabilísticas adotadas pela SCMVRSA foram as seguintes:

a. Ativos fixos tangíveis

- Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se aos bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo. Com exceção para os edifícios, todos os restantes ativos fixos estão valorizados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidades acumuladas. O grupo dos Edifícios, na sequência do processo de revalorização efetuado no ano de 2013, passou a estar mensurado pelo justo valor. Nas contas desse ano foram efetuados os relatos e divulgações adequados, em conformidade com a NCRF 7.

- Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e durante o período de vida útil esperada. O método de depreciação utilizado é o da linha reta. Relativamente aos edifícios, após a revalorização de 2013 antes referida, o órgão de gestão da SCMVRSA considerou que todos os edifícios revalorizados revelavam

condições para produzir benefícios económicos para a SCMVRSA durante 50 anos, com início em 2013. O método da linha reta que já vinha sendo utilizado nas depreciações manteve-se.

As taxas de amortização para os ativos fixos estão definidas, tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	Taxas	Vida útil
Edifícios e outras construções	2%	50 Anos
Equipamento de alojamento de utentes, didático, médico-hospitalar e outro	16,66%	6 Anos
Equipamento Informático	20%	5 Anos
Equipamento de transporte	20%	5 Anos
Equipamentos de valor inferior a 1.000 Euros	100%	1 Ano

As taxas evidenciadas no quadro foram estabelecidas anteriormente à introdução do SNC-ESNL em 2012. Como tal, verifica-se nalguns casos algum desalinhamento em relação às taxas atuais, como por exemplo a taxa relativa a equipamento informático. Esse desalinhamento é pouco relevante, face aos valores envolvidos e à realidade social da instituição. Todavia, será objeto de revisão futura.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

b. Propriedades de investimento

- As Propriedades de Investimento são constituídas por um conjunto de edifícios, propriedade da SCMVRSA, que preenchem os requisitos gerais definidos na NCRF 11: destinam-se à obtenção de rendas ou à valorização do património. Não se destinam ao fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas. Esta classe de ativos passou, a partir de 2013, a ser valorizada de acordo com o método do justo valor. Com base nas normas definidas para o método do justo valor, cessou a partir de 2013 a

contabilização de depreciações anuais relativas às propriedades de investimento.

- A transição do modelo do custo para o justo valor e a revalorização das propriedades de investimento, ocorrida em 2013, originou um ganho total de 242.000€. O órgão de gestão, após analisar as opções de contabilização desse ganho, decidiu em 2013 que o total de 242.000€ constituiria rendimento a imputar nos anos 2013, 2014 e 2015 em partes iguais. Assim, no cumprimento dessa decisão, em 2014 foi contabilizado na rubrica “ganhos por aumento de justo valor” o montante de 80.775,33€.

c. Inventários

- Os inventários incluem as matérias-primas e subsidiárias destinadas à prestação dos serviços, que constituem a missão da SCMVRSA – apoio à infância, juventude, família e idosos. Incluem géneros alimentares, medicamentos, material clínico e outras matérias subsidiárias. Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição, ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

d. Clientes e utentes

- As contas a receber de Clientes e Utentes são reconhecidas pelo seu valor nominal, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração estabelecidos para a Prestação de Serviços.

e. Outras contas a receber

- As restantes contas a receber encontram-se valorizadas ao custo estabelecido na contratualização de protocolos, apoios e acordos de cooperação.

f. Periodizações

- As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

g. Outros ativos financeiros

- Estão valorizados ao custo de aquisição.

h. Caixa e depósitos bancários

- Os montantes incluídos em caixa e depósitos bancários englobam as rubricas – caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

i. Fundos patrimoniais

- a. **Fundos** – a rubrica reflete o valor do Fundo Social originado aquando da abertura do sistema de contabilidade digráfica na SCMVRSA, iniciado com o antigo PCIPSS;
- b. **Resultados transitados** – esta rubrica representa os resultados acumulados desde que existe contabilidade digráfica na SCMVRSA;
- c. **Excedentes de revalorização** – resultam da revalorização efetuada em 2013 na classe de edificios segundo o método do justo valor;
- d. **Outras variações nos fundos patrimoniais** – englobam os valores relativos a subsídios ao investimento e as doações.

j. Fornecedores

- As contas a pagar a fornecedores são mensuradas ao custo e estão registadas pelo seu valor nominal.

k. Adiantamentos de clientes



- Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo e não têm implícitos quaisquer juros. Fazem parte desta rubrica os saldos das contas particulares de utentes, cujos valores estão à guarda e sob administração da SCMVRSA.

l. Estado e outros entes públicos

- Os saldos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

m. Financiamentos obtidos

- A rubrica representa os compromissos em dívida perante instituições de crédito – situação passiva no balanço.

- Engloba também valores a receber de entidades públicas – situação ativa no balanço.

n. Diferimentos

- A rubrica pode assumir dupla natureza, figurando no balanço com valores ativos e passivos. Em 2014 a conta diferimentos surge no balanço no lado do ativo e no lado do passivo.

- Os valores de natureza ativa dizem respeito a gastos já faturados à entidade no ano, mas cujo consumo efetivo e imputação às operações respeitam ao ano seguinte.

- Os valores de natureza passiva evidenciam rendimentos já contratualizados e a reconhecer em anos seguintes. Destaca-se particularmente o valor passivo incluído no balanço em diferimentos no montante de 81.000€ referentes a rendimentos a reconhecer. Este valor resultou do processo de revalorização das propriedades de investimento já referido neste anexo – ponto 3 b).

o. Outras contas a pagar

- Estão englobados valores relativos às seguintes rubricas:

› Fornecedores de investimentos;

- Credores por acréscimos de gastos – remunerações a liquidar;
- Credores por acréscimos de gastos – fornecimentos e serviços a liquidar;
- Outros devedores e credores.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- Para além das alterações estruturais inerentes à primeira adoção do SNC – ESNL ocorrida em 2012 pela SCMVRSA e da mudança ocorrida em 2013 na valorização dos edifícios e propriedades de investimento, não ocorreram em 2014 quaisquer outras alterações às políticas, estimativas contabilísticas ou erros passíveis de serem reportados na presente Nota.

5. Ativos fixos tangíveis

- Os dois quadros a seguir apresentados mostram a desagregação dos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, bem como o valor comparativo das depreciações acumuladas:

Ano de 2014

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos no ano	Saldos finais
Edifícios e outras construções	6.224.901€	114.332€	6.339.233€
Equipamento básico	532.280€	29.135€	561.415€
Equipamento de transporte	144.161€	11.505€	155.666€
Equipamento administrativo	191.107€	3.226€	194.333€
Outros ativos fixos	3.594€	-	3.594€
Investimentos em curso	0 €	8.584 €	8.584 €
Valores totais ilíquidos	7.096.043 €	166.782 €	7.262.825 €
Depreciações acumuladas	865.519€	472.192€	1.026.479€
Valor líquido (Balanço/2014)			6.236.346 €

Ano de 2013

Rubricas	SalDOS iniciais	Movimento no ano	SalDOS finais
Edifícios e outras construções	3.403.124€	2.821.777€	6.224.901€
Equipamento básico	522.761€	9.519€	532.280€
Equipamento de transporte	144.161€	-	144.161€
Equipamento administrativo	185.181€	5.926€	191.107€
Outros ativos fixos	34.401€	30.807€	3.594€
Depreciações acumuladas	1.337.711€	472.192€	865.519€

6. Custos de empréstimos obtidos

- O custo total registado diz respeito a juros.

7. Inventários

- Relativamente aos inventários a SCMVRSa seguiu as regras fixadas na NCRF respetiva. Em 31/12/2014 os valores dos inventários estão mensurados ao custo de aquisição e eram os seguintes:

Rubricas	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	11.584 €	457.552 €	461.276 €	7.860 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	8.593 €	21.162 €	23.021 €	6.734 €
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	0 €	0 €	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	60 €	16.067 €	15.680 €	447 €
Matérias-subsidiárias: Outros produtos farmacêuticos	0 €	3.586 €	3.586 €	0 €
Matérias-subsidiárias: Outro material	0 €	1.733 €	1.733 €	0 €
Total	20.237 €	500.100 €	505.296 €	15.041 €

Em 2013 as contas de inventários haviam registado os seguintes movimentos:

Rubricas	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	10.606 €	438.158 €	437.180 €	11.584 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	3.531 €	14.615 €	9.553 €	8.593 €
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	999 €	999 €	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	421 €	9.112 €	9.473 €	60 €
Matérias-subsidiárias: Outros produtos farmacêuticos	0 €	5.603 €	5.603 €	0 €
Matérias-subsidiárias: Outro material	0 €	1.658 €	1.658 €	0 €
Total	14.558 €	470.145 €	464.466 €	20.237 €

8. Rédito

- A SCMVRSA reconhece o rédito proveniente da prestação de serviços com base no ponto 12.7 da NCRF-ESNL: “quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.”

- O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual é determinada por acordo entre a SCMVRSA e os clientes/utentes dos serviços.

Quadro comparativo do rédito

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Matrículas e mensalidades	1.167.996 €	1.158.253 €
Quotizações e joias	8.025 €	6.866 €
Serviços secundários	226.154 €	200.078 €
Total	1.402.175 €	1.365.197 €

9. Subsídios e outros apoios

- O reconhecimento dos subsídios monetários e não monetários é realizado nos termos do ponto 14.1 da NCRF-ESNL. Assim, tal reconhecimento só é efetuado quando existe segurança:

- a) Que a SCMVRSA cumprirá as condições associadas aos subsídios;
- b) Que os subsídios serão efetivamente recebidos.

- Os Subsídios do Estado e de outros Entes Públicos constituem a principal fonte de fundos da SCMVRSA. O quadro comparativo seguinte mostra os valores reconhecidos em 2014 e 2013:

Subsídios do Estado e outros entes públicos

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Centro Distrital Segurança social	1.904.948 €	1.931.541 €
Ministério da Saúde	182.428 €	193.077 €
Instituto de Emprego e Formação Profissional	218.331 €	158.526 €
Programa Escolhas	49.948 €	82.792 €
Autarquia	62.051 €	33.455 €
Total	2.417.706 €	2.399.391 €

10. Instrumentos financeiros

- O valor de 500€ registado na conta 14 refere-se a títulos de capital da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

11. Benefícios dos empregados

- a. Durante o ano de 2014 o número médio de empregados da SCMVRSA foi de 232. O valor contabilizado em gastos com pessoal totalizou 2.716.612€. Este valor inclui, para além dos encargos com o pessoal do

quadro da instituição, também os gastos com 24 pessoas no âmbito dos programas IEFP. Inclui ainda a estimativa com subsídios de férias e mês de férias a liquidar no ano seguinte, cujo direito foi adquirido em 2014 de acordo com a legislação respetiva. Apresenta-se o quadro comparativo dos gastos com pessoal:

Gastos com pessoal

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações do pessoal	2.236.940 €	2.153.104 €
Indemnizações	8.040 €	4.409 €
Encargos sobre remunerações	429.737 €	422.655 €
Seguros de acidentes de trabalho	30.618 €	27.568 €
Outros gastos com pessoal	11.277 €	10.137 €
Total	2.716.612 €	2.617.873 €

b. O número de membros dos órgãos diretivos foi:

- Mesa Administrativa: 7 (sete)
- Conselho Fiscal: 3 (três)
- Mesa da Assembleia Geral: 3 (três)

c. Nenhum dos órgãos diretivos recebe qualquer remuneração pelo desempenho do respetivo cargo.

12. Divulgação de informação de fornecimentos e serviços externos

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Subcontratos	106 €	152 €
Serviços especializados	226.521 €	245.427 €
Materiais	108.757 €	111.213 €
Energia e fluidos	148.588 €	136.986 €
Deslocações, estadas e transportes	2.425 €	1.944 €
Serviços diversos	175.039 €	165.083 €
Total	661.436 €	660.805 €

13. Divulgação de informação das propriedades de investimento

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Edifícios		
Edifício de Olhão	0 €	168.000 €
Edifício Rua Cândido dos Reis	79.681 €	50.400 €
Edifício do Azinhal	25.200 €	25.200 €
Totais	104.881 €	243.600 €

Em 2014 ocorreu a venda do “edifício de Olhão” que estava valorizado por 168.000 €.

Foram realizadas obras de adaptação no Edifício na Rua Cândido dos Reis.

14. Divulgação de informação de financiamentos obtidos

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de crédito (dívidas a pagar)	0 €	11.540 €
Outros financiadores (valores a pagar – setor público)	103.628 €	0 €
Outros financiadores (valores a receber – setor público) *	130.088 €	257.728 €

*Incluído no balanço em outras contas a receber.

A rubrica “Outras contas a receber” consta no Balanço em 31/12/2014 com o valor de 132.331,02€. Este total resulta da soma dos financiamentos a receber, no valor de 130.087,53 acrescido do saldo devedor da conta 27 no valor de 2.243,49€.

15. Divulgação de informação de outros rendimentos e ganhos

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Rendimentos suplementares	61.197 €	56.012 €
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros	3.693 €	3.980 €
Outros	173.897 €	166.787 €
Total	238.787 €	226.779 €

16. Divulgação de informação de outros gastos e perdas

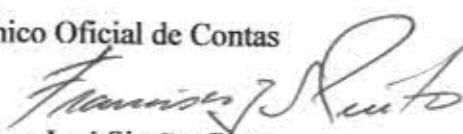
Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Impostos	5.081 €	6.246 €
Dividas incobráveis	4.256 €	1.613 €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	26.000 €	4.901 €
Outros gastos	234.989 €	77.284 €
Total	270.326 €	90.044 €

17. Divulgação de informação de juros e rendimentos similares obtidos

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Juros obtidos – de depósitos	1.810 €	1.909 €

20/03/2014

O Técnico Oficial de Contas


 Francisco José Simões Pinto

Membro nº 4387 da OTOC



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "A", "F", "Felic", "P", and "am"]

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Asses 117
C. Lopes

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- 1 – Nos termos estatutários, cumpre ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Mesa Administrativa, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- 2 – No decurso do exercício, acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade financeira da Instituição. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação.
- 3 – No âmbito das nossas funções, cumpre-nos salientar o seguinte:
 - 3.1 – O Relatório apresentado pela Mesa é suficientemente claro no que concerne à atividade financeira e à situação atual da Instituição;
 - 3.2 – O Balanço e a Demonstração dos Resultados permitem uma fácil e completa compreensão da situação financeira;
 - 3.3 – As disposições contabilísticas foram as adequadas.
- 4 – O resultado líquido do exercício foi de -178. 862,17 € (cento setenta e oito mil oitocentos sessenta e dois euros e dezassete cêntimos negativos).
- 5 – O fator mais relevante para a obtenção deste resultado foi o da reposição à Segurança Social da verba de cerca de 154.000,00 euros de subsídios, recebidos em anos anteriores, e que foram indevidamente abonados.
- 6 – O somatório das rubricas de Rendimentos e Ganhos ascendeu a 4.140.000,00 €, mais 1,67 % do que em 2013, não havendo oscilações dignas de registo em qualquer rubrica.
- 7 – Os Gastos e Perdas registaram um somatório de 4.319.000,00 €, mais 8,35% do que em 2013, afetando principalmente os Gastos com Pessoal - mais 99.000,00 €, 3,78% -, e os Outros Gastos, que de 90.000,00 € em 2013 passou para 270.000,00, um aumento de 300%. A evolução em alta dos Gastos com Pessoal é justificada pelo aumento do número de colaboradoras, que se verificou no ano em análise. O montante registado na rubrica Outros Gastos foi afetado principalmente com a reposição da verba à Segurança Social, mencionada no ponto 5.

8 – A conta Fornecedores encontra-se controlada e equilibrada.

9 – A alienação de um edifício, localizado em Olhão, também nos parece merecedora de realce, já que acarretou um aumento da liquidez da Instituição, tendo as disponibilidades em bancos sido acrescidas, em detrimento do Ativo Não Corrente.

10 – Relativamente às diversas Valências, salientamos o resultado negativo, em 130.000,00 €, do Jardim de Infância “A Borboleta”, justificado pela afetação negativa de 91.082,00 €, parte muito significativa da já referida reposição à Segurança Social, e, também, pela correção do programa de expansão, no valor negativo de 18.850,00 €. Igualmente, a valência “Unidade de Cuidados Continuados” registou um resultado negativo de 34.885,00 €. A contratação de mais pessoal técnico justificou tal resultado.

11 – Pelo exposto, tendo em consideração as informações recebidas da Mesa, analisado o Relatório e ouvido o Técnico Oficial de Contas, somos de parecer favorável à aprovação do Relatório de Gestão e Contas.

12 – Finalmente, o Conselho Fiscal deseja manifestar à Mesa e aos Serviços Administrativos o seu apreço pela colaboração prestada.

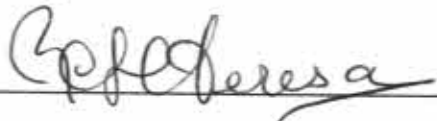
Vila Real de Santo António, 23 de março de 2015

O Conselho Fiscal,

A Presidente:



A Secretária:



O Relator:



Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 6.899.911 euros e um total de fundo de capital de 6.024.813 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 178.862 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº. 7.2, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da Mesa Administrativa com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

(Handwritten signatures and initials)

Inscrito na CMVM Nº 2235 | Inscrição na OROC Nº 31 | Constituição Nº 501 302 506

2
[Handwritten signatures and initials]

RESERVAS

- 7.1 De acordo com a NCRF 11 Propriedades de Investimento aplicável por remissão da NCRF-ESNL, os ganhos ou perdas provenientes de alteração no justo valor devem ser reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem. Conforme referido na nota 3.n do Anexo, a SCMVRSa repartiu no exercício de 2013, por 3 anos o ganho obtido por aumento de justo valor nas Propriedades de Investimento, no montante global de 242.000 euros, quando deveria ter reconhecido integralmente, naquele exercício, no resultado líquido, o total do ganho obtido. Em consequência do acima descrito o resultado do exercício e a rubrica diferimentos encontram-se ambos sobreavaliados em cerca de 81.000 euros cada e os resultados transitados subavaliados em cerca de 161.000 euros.
- 7.2 Conforme referido na nota 3a do anexo, a instituição procedeu, no exercício de 2013, à alteração do período de vida útil dos imóveis revalorizados tendo sido atribuído mais 50 anos de vida útil a todos eles.

Não nos foram facultados estudos económicos fundamentados, nem pareceres técnicos independentes, que nos permitam avaliar sobre a adequacidade da nova vida útil atribuída aos imóveis revalorizados.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo n.º 7.1 acima, e aos efeitos dos eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7.2 as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

- 9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 9.1 As demonstrações financeiras do exercício de 2013, foram por nós revistas, tendo sido emitida a respetiva Certificação Legal das Contas, com duas reservas semelhantes às descritas nos parágrafos 7.1 e 7.2 acima.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da Mesa Administrativa é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Linda-a-Pastora, 12 de março de 2015

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:


José Martins Correia – ROC